



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DOS VEREADORES DO PCP

## DECLARAÇÃO DE VOTO

**Declaração de Voto relativa à proposta n.º 643/2014 (Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal o 2.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa).**

Os Vereadores do PCP João Ferreira e Carlos Moura votaram contra:

- Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal o 2.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa.

Por considerarem que:

- A monitorização do Processo de Reforma Administrativa de Lisboa deveria ser efectuada por uma entidade externa ao processo, o facto de o grupo de acompanhamento da reforma administrativa ser o mesmo que concebeu e agilizou a implementação da reforma, pode ser limitador da independência com que se abordam os diversos aspectos da própria reforma.

Facto que se denota na abordagem subjectiva das matérias em apreço em detrimento de uma abordagem mais objectiva e independente como seria desejável.

As falhas de metodologia apontadas ao primeiro relatório persistem, levando a uma visão parcial e distorcida da realidade.

- No entanto pese embora todo o relatório seja orientado para salientar os aspectos positivos do processo, a verdade é que mesmo assim não deixam de transparecer já alguns problemas enunciados pelo PCP aquando da aprovação da reforma.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DOS VEREADORES DO PCP

A saber:

- É bem evidente no relatório que a externalização de serviços aumentou;
- Estão a ser praticadas taxas diferentes nas diversas freguesias no que respeita à utilização de equipamentos colectivos;
- Não existem recursos humanos suficientes para assegurar as competências transitadas;
- Perdeu-se a capacidade de articulação e aproveitamento de meios pelo facto de a gestão ter deixado de ser centralizada, dificultando a alocação de meios aos vários pontos da cidade em caso de necessidade;
- Um eleito a tempo inteiro nas juntas de freguesia não é suficiente para assegurar as necessidades provenientes da nova realidade.

Acresce ainda,

Dos interlocutores planeados para ser ouvidos neste processo de monitorização, apenas foram ouvidas 14 juntas de freguesia, 4 dirigentes municipais e trabalhadores do município.

Não foram ouvidos os trabalhadores transferidos para as juntas de freguesia – protagonistas centrais do processo, cuja auscultação se revela imprescindível para a sua monitorização rigorosa.

O que a meio do processo parece claramente pouco e compromete a fiabilidade da monitorização e consequentemente do relatório em apreço.

Isto porque,

O universo já auscultado não pode reflectir toda a realidade, sabendo os Vereadores do PCP que algumas das juntas que não foram ainda ouvidas são aquelas onde têm surgido maiores dificuldades.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

G A B I N E T E D O S V E R E A D O R E S D O P C P

Não é compreensível que os trabalhadores que transitaram, os mais afectados por todo o processo, ainda não tenham sido ouvidos.

Termos em que se considera:

- O relatório que se pretende aprovar não espelha a situação real do processo de reforma administrativa;
- A qualidade dos serviços públicos prestados poderá estar em causa;
- O serviço público que deveria ser assegurado pelo município ou pelas freguesias está progressivamente a ser entregue a privados, aumentando os custos e diminuindo a qualidade dos mesmos.

Assim,

Em conformidade com a posição sempre assumida pelo PCP ao longo de todo este processo de reforma administrativa e em defesa da qualidade dos serviços públicos prestados aos munícipes de Lisboa e da salvaguarda dos direitos dos trabalhadores **os Vereadores do PCP votaram contra aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal o 2.º Relatório de Monitorização do Processo da Reforma Administrativa de Lisboa.**

Lisboa, 29 de Outubro de 2014.

Os Vereadores do PCP

João Ferreira

Carlos Moura